

## AS INTERFERÊNCIAS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

**Resumo:** Este artigo resulta do trabalho de pesquisa que foi desenvolvido com o objetivo de compreender as interferências do modo de produção capitalista no contexto escolar. Desta maneira, através do levantamento do referencial teórico necessário, pretendendo-se apontar que através da implementação da ideologia meritocrática, abrem-se possibilidades da inserção dos interesses do capital financeiro no contexto educacional, assim a escola passa a cumprir o papel de alicerçar a dominação ideológica dos indivíduos em favor dos ideais burgueses na manutenção da estrutura do capital. Como resultado verificou-se que mesmo com evidências empíricas que demonstram as falhas desse sistema, não foram o bastante para impedir sua influência na elaboração de novas políticas públicas colocadas em prática no contexto educacional brasileiro, as quais fragilizam o sistema público educacional.

**Palavras-chave:** Educação; Meritocracia; Capitalismo.

No presente artigo, faremos uma reflexão evidenciando as problemáticas sobre a sociedade e a promoção de interesses da classe dominante por meio da escolarização. Considerando a educação uma atividade não neutra e formadora de agentes sociais, objetiva-se compreender de que modo o capitalismo interfere na educação a fim de utilizá-la em favor de seus interesses, apontando os aspectos da teoria do capital humano, assim como destacar sua metodologia meritocrática e o resultado da influência destes aspectos na formação do indivíduo. Questiona-se, ainda, como a teoria do capital humano pode ser identificada no sistema escolar, apontando qual sua utilidade para a alienação e a difusão de uma falsa perspectiva de igualdade de oportunidades escolares.

Aponta-se o surgimento do conceito “mercadoria” juntamente com o sistema de produção capitalista, neste sentido, percebe-se que com o progresso do sistema capitalista no contexto atual, este conceito se espalha para outras áreas, inclusive para a educação, passando por um processo que leva a sua negação enquanto um direito intrínseco a qualquer cidadão, e passa a ser tratada como um serviço, uma mercadoria. Um exemplo da extensão desse conceito à outras áreas está explícito na tomada da educação enquanto formadora de capital humano necessário para atender as novas exigências do mercado de trabalho que ganharam força com o processo de globalização, percebida principalmente nas políticas educacionais expressas nas contrarreformas do Estado, onde a educação deveria ser tratada enquanto formadora de sujeitos conscientes, reflexivos, críticos e capazes de exercer autonomia de pensamento para que possam modificar sua própria realidade assim como a do contexto social mais amplo.

Evidentemente, a educação deixa de ser abordada enquanto um direito social e passa a ser conduzida de forma a beneficiar o capital, deixando

de lado os ideais de uma educação humanista, em favor de políticas que passam a trabalhar com objetivos que defendem os interesses políticos de determinada classe social, inserindo em seus textos exigências de uma formação específica, que atenda às necessidades do mercado, especificamente como se discutirá mais adiante, através da educação enquanto meio para formação de capital humano.

Desta forma, com tendência cada vez mais presente da inserção do capital financeiro, a escola passa a cumprir o papel de alicerçar a dominação ideológica dos indivíduos em favor dos interesses burgueses na manutenção da estrutura do capital. E assim como se apontará mais adiante, a tendência de inserção do capital financeiro na educação significa antes de tudo a desconstituição da educação enquanto um direito, sendo tratada como mais uma área de interesse dos investimentos financeiros. Para Oliveira (2013) é cabível falar-se em uma financeirização da educação, posto que é o setor financeiro que assume a hegemonia na educação privada no país.

Apesar do crescente movimento de comercialização do setor educacional ter sido impulsionado com o processo de globalização, Oliveira afirma que o processo de desenvolvimento do setor empresarial teve seu início no período de ditadura militar, ainda que tal processo tenha se efetivado de forma dissimulada, pois a legislação proibia que as instituições educacionais “pela sua natureza” pudessem gerar lucro. Mais tarde, com a constituição de 1988, as possibilidades de abertura da educação para a iniciativa privada foram institucionalizadas, sendo permitidas e regulamentadas pelo posterior dispositivo previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que incentivou e acelerou este processo. A inserção do capital privado pode ser percebida pelo desenvolvimento de algumas empresas, que encontram na educação um ambiente fértil para seus negócios. Oliveira (2009, p.741) afirma que tais empresas têm sido prósperas sobre os sistemas públicos de educação básica, vendendo materiais didáticos para escolas da rede municipal e estadual, sendo estes materiais avaliados pelo programa nacional do livro didático (PNLD).

Em relação ao nível superior, tal movimento também é observado, porém de maneira mais complexa devido ao aumento da demanda motivada pela regularização do fluxo no ensino fundamental seguidamente do aumento de alunos no ensino médio. Neste contexto, observa-se uma dificuldade de se efetuar uma política pública consistente, que permita expandir a oferta da educação em nível superior para que possa competir quantitativamente com a iniciativa privada. Além disso, Oliveira (2009) também salienta sobre o surgimento de serviços auxiliares, como as empresas de consultoria que dedicam suas atividades principalmente para os programas de auto

avaliação e marketing dessas instituições, sendo a mais conhecida delas em território brasileiro, propriedade do ex-ministro da Educação e atual secretário estadual do Estado de São Paulo Paulo Renato Souza.

Em busca por uma maior problematização acerca da ideologia meritocrática e de suas interferências, Freitas (2012) constrói um levantamento teórico empírico, que em suas palavras, costumeiramente é sonogado pelos reformadores empresariais da educação, que conduzem principalmente a um movimento de desmoralização do magistério assim como a consequente destruição do sistema público de educação, sendo tal proposta definida com os termos “responsabilização, meritocracia e privatização”. Para isto, utiliza-se como base a experiência americana que em resultado a implantação de tal política educacional, vivera um período que ficou conhecido como “verdadeira década perdida para a educação americana”.

O neoliberalismo viabilizou um processo de internacionalização da política educacional brasileira, sendo que a avaliação entra nesse esquema como instrumento da meritocracia. Nesse contexto, a força de trabalho é colocada em um processo de competição, entre si por metas, recursos. Porém, a educação não pode comportar um esquema de competição, uma vez que a educação por si mesma constitui-se enquanto um processo de colaboração entre as partes envolvidas. (FREITAS, 2012)

Nos Estados Unidos, a frente que compõe o grupo de profissionais chamados de reformadores empresariais da educação é composto por “políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores” (FREITAS, 2012, p. 380) que defendem que a lógica utilizada na iniciativa privada seria o melhor método para se corrigir os problemas acerca do rendimento escolar.

Conforme Freitas (2012) o ano de 1980 marcou o início do movimento de inserção da iniciativa privada no âmbito educacional americano, através da divulgação do documento intitulado *A Nation at Risk* (National Commission on Excellence in Education, 1983) que afirmava que o contexto da educação americana entraria em caos, constituindo um risco para a competitividade do país no cenário internacional. Mesmo com a publicação de documentos que desconstruíam tal cenário de caos, não foram suficientes para impedir que estas ideias ganhassem força no país.

Segundo (Berliner e Bidder 1995, p. 4 apud Freitas, 2012 p. 381) tais políticas carregavam uma variedade de técnicas questionáveis, incluindo métodos enganosos de análise de dados, distorção de dados e resultados de relatórios, que se aprovados poderiam prejudicar seriamente as escolas americanas. Segundo o autor:

No Brasil, movimento semelhante tem coordenado a ação dos empresários no campo da educação e é conhecido como Todos pela Educação. O presidente do Conselho de Governança deste movimento é o megaempresário Jorge Gerdaud Johannpeter, do Grupo Gerdaud, que também é assessor da presidenta Dilma como coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade de seu governo. Atualmente, a Secretaria de Educação Básica do MEC está sob o comando de outro membro do Conselho de Governança do movimento, Cesar Callegari. No Conselho Nacional de Educação, atua também como conselheiro Mozart Neves Ramos – para falar apenas de algumas conexões. Mais recentemente, entidades empresariais e associadas na América Latina, em 11 países, passaram a compor uma frente no continente em prol destas ideias. Uma rede de institutos e fundações privadas se desenvolve no país, apoiando experiências e iniciativas coerentes com esta plataforma. (FREITAS, 2012, p. 381 e 382)

É notória a tendência de tais políticas ganharem força no contexto educacional brasileiro, daí a necessidade de analisar a meritocracia não somente pela questão da premiação dos “melhores” alunos, professores ou instituições, mas as implicações destes interesses também na conjuntura política. A ideia do mérito é a peça principal do pensamento liberal, uma vez que a função do mérito é ocultar as diferenças que colocam as pessoas em desvantagem e que estão ligadas as suas trajetórias pessoais. Há um processo que oculta no esforço pessoal o limite de seu sistema e transfere a discussão para a responsabilidade dos indivíduos. Segundo Freitas (2012) as características próprias do âmbito empresarial foram apontadas por Saviani (1986) que denominou este modelo de educação como “pedagogia tecnicista”:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, (...) advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. (...) na pedagogia tecnicista (...) é o processo que define o que professores e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão. (Saviani, 1986, p. 15-16, apud FREITAS, 2012, p. 383)

No presente contexto, tais concepções constituem o que o autor denomina de *neotecnicismo*, sendo que tal tendência se apresenta principalmente através da mesma proposição de racionalidade técnica, sendo o desempenho escolar submetido a testes padronizados a havendo o controle da força de trabalho através do processo, bônus e punições.

Neste sentido, a meritocracia serve de base para as políticas neoliberais, que ao passo que se desenvolvem, propiciam a consolidação do projeto neoliberal burguês. Este discurso concebe uma igualdade de oportunidades entre os indivíduos, o que se discute então é se a escola foi capaz de corrigir os “desvios” neste contexto harmonioso, discussão que carrega nitidamente a intensão de retirar a discussão acerca do problema da desigualdade social, “ base da construção da desigualdade de resultados”.

A presença de políticas meritocráticas no contexto escolar também influi negativamente sobre o trabalho docente, uma vez que para que seja possível uma melhor performance dos alunos, as escolas adotam o recurso de apostilamento,

que trabalham especificamente o que é exigido nas avaliações, que acarreta a retirada da formação necessária para a adequação metodológica de acordo com a especificidade de cada aluno.

Para superar o discurso de responsabilização do professor ou da escola acerca do rendimento escolar, Freitas traz levantamentos empíricos acerca do nível socioeconômico assim como o nível de proficiência dos estudantes, onde análises do nível de proficiência foram feitos com alunos de escolas públicas e privadas, tendo sido realizada num primeiro momento na chegada dos alunos na escola, na primeira série, as demais foram feitas no final de cada ano até a 4ª série, tendo sido apresentada na conclusão de tal pesquisa uma correlação do nível de proficiência inicial com o nível de proficiência final dos alunos. Segundo Freitas:

Aqui não cabe o simplismo de achar que esta distribuição dos resultados é uma questão de mera competência do professor ou da escola. Tentar resolver esta complexa relação baseado em auditoria, colocando mais pressão no sistema (cenouras e varas), faz com que o entrelaçamento das desigualdades sociais com as desigualdades acadêmicas na sala de aula e na escola seja agravado. (2012, p. 384)

Para a ideologia meritocrática, o fato das diferenças de chegada terem acompanhado o aluno até sua saída da escola não é válido para construir uma crítica a esta ideologia, uma vez que entende que todos partem de suas trajetórias a partir de uma igualdade de condições, sendo que os alunos que obtiveram êxito, o fizeram por seu próprio mérito, ou seja, esforço pessoal, transferindo a discussão para a responsabilidade dos indivíduos pelo uso das oportunidades. O autor ainda afirma:

Responsabilização e meritocracia são duas categorias, portanto, intimamente relacionadas. A terceira categoria é a da privatização. Pode-se dizer que, de fato, as duas primeiras visam criar ambiência para ampliar a privatização do sistema público de educação. (FREITAS, 2012, p. 386)

As ideias de público estatal e público não estatal abriram espaço para a chamada gestão por concessão, que possibilita que o público seja administrado privadamente, ou seja, a escola continua sendo gratuita para os alunos, mas o Estado transfere para a iniciativa privada o pagamento pela sua gestão. Outra modalidade de privatização da educação é apontada como *voucher*, conhecido no Brasil como o sistema de bolsas, tais como o Programa Universidade para Todos (Prouni- ensino superior) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec – ensino médio), ambos de transferências de verbas públicas para a iniciativa privada

Mesmo com evidências empíricas que demonstram as falhas desse sistema, não foram o bastante para impedir que influenciassem na

elaboração de novas políticas públicas que poderão ser colocadas em prática no contexto educacional brasileiro:

Uma proposta completa para privatizar a educação brasileira pode ser encontrada no site da Parceiros da Educação (2010). A linha central é a adoção da ideia das escolas charters americanas (privatização por concessão da gestão da escola à iniciativa privada) e a quebra da estabilidade de trabalho do professor. A proposta ignora por completo os relatórios americanos de pesquisadores independentes, mostrando que estas estratégias de privatização nos Estados Unidos não geraram uma escola de maior qualidade do que as escolas públicas regulares. (FREITAS, 2012, p.395)

Deste modo, aos poucos o processo de destruição do sistema público se consolida, tendo em vista o avanço de empresas privadas gestando órgãos de natureza pública, assim como o aumento de *vouchers*, mesmo havendo evidências empíricas que comprovam que tais estratégias não trouxeram um maior rendimento escolar.

A competição interfere no que se julga uma boa educação, sendo que ao invés de pensar-se na educação enquanto um processo formativo, de desenvolvimento de todas as possibilidades dos estudantes e educadores, implica a tendência de reificar a qualidade da educação somente pelo que expressa em médias conquistadas através de exames classificatórios, enfatizando basicamente duas disciplinas específicas, português e matemática.

Assim, considerando a educação como um fruto das relações sociais historicamente produzidas, com a intenção de construir um caminho que nos leve a compreendê-la, urge identificar o contexto ao qual está inserida, considerando as influências do sistema econômico ao qual a sociedade se estrutura. Para isto, utilizaremos as contribuições de Saviani (1999) e Nogueira (2002) de suas análises respectivamente sobre as teorias educacionais, assim como elementos da obra de Bourdieu (1930).

Para compreendermos a educação apoiamo-nos na análise de Saviani (1999) acerca das teorias sobre a educação. Para tal estudo o autor divide as teorias em dois grupos. No primeiro grupo estão as teorias que entendem a educação enquanto instrumento de equalização social, sendo que no segundo grupo, estão alocadas as teorias que descrevem a educação enquanto instrumento de discriminação social, contribuindo para o fator da marginalização. Estes dois grupos abordam o fator marginalidade de forma que alteram o movimento na compreensão da relação entre educação e sociedade.

Na análise de Saviani, o primeiro grupo das teorias educacionais entendem o fator marginalidade como fenômeno acidental que afeta individualmente a um número maior ou menor dos seus membros. A educação neste caso, deverá atuar como corretora destes desvios, constituindo assim uma força homogeneizadora, com a

intenção de promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social.

Sendo assim, aqui a educação é vista como responsável por corrigir os “desvios” que tendem a surgir em um cenário harmonioso, de forma que ofereça aos marginalizados a oportunidade de “redimir-se”. Uma correção que pode e deve ser feita através da educação. Percebe-se facilmente nesta abordagem o otimismo pedagógico, que concebe um funcionamento autônomo em relação a fatores externos, onde procura-se entender a educação por ela mesma. Inversamente, o segundo grupo concebe a sociedade como palco de disputa entre classes com interesses antagônicos, cujas classes carregam interesses que interagem entre si principalmente através da força, a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de reprodução da vida material. Neste contexto, a marginalidade é entendida como um fenômeno inerente a própria estrutura da sociedade. Isso porque, a classe que detém maior poder se converte em dominante, se apropriando dos resultados da produção social, e como consequência relega aos demais a condição de marginalizados. Deste modo, se constrói a crítica sobre a forma específica da reprodução da marginalidade social, posto que o fenômeno educativo está sujeito a estrutura social. A educação nesta perspectiva, não seria um instrumento favorável no processo de superação da marginalidade, inversamente, se converte no próprio fator de marginalização, já que o meio para a produzir-se a marginalidade social se dá através da produção da marginalidade cultural, desta forma, exclusivamente escolar. Cumprindo assim a missão de reforçar a dominação e legitimar a marginalização presente na sociedade, aonde ordena no senso comum a ideologia meritocrática, fazendo com que os indivíduos internalizem esta situação e a tomem esta ideologia como uma força natural.

O conceito meritocrático que vivemos hoje e que é fortemente empregado nas principais vias que sustentam a construção do senso comum, difunde um ideal onde se afirma que tudo o que uma pessoa tem ou consegue é atingido por meio do seu próprio esforço. Tal que, se uma pessoa não consegue um bom emprego ou então a aprovação em uma boa universidade, a conclusão lógica que rapidamente o senso comum nos traz é que esta pessoa não se esforçou o suficientemente para isso.

É com uma visão crítica acerca das desigualdades escolares, que o sociólogo francês Pierre Bourdieu, constrói seu pensamento que põe em questionamento a ideia de igualdade entre todos, isto é, das chances iguais para os integrantes das diferentes classes na estrutura da estratificação social.

O período entre os anos de 1950 e 1960, conforme Nogueira e Nogueira (2002), marcaram o grande descontentamento gerado pela desvalorização dos títulos escolares, que aumentaram devido a

expansão do sistema escolar no pós-guerra. Neste cenário, iniciam-se discussões que colocam em pauta a escola e seu papel na reprodução das desigualdades escolares.

Deste modo, são confrontadas as concepções acerca da educação enquanto ambiente politicamente neutro, pois a escola é apontada como possuidora de um papel ativo na legitimação das desigualdades sociais, sendo que ao estabelecer seu currículo, métodos e forma de avaliação, estaria favorecendo a cultura burguesa, ao trabalhar conteúdos que não se aproximam da realidade dos alunos, legitimando as desigualdades sociais. Desta maneira, enfatiza-se na obra dos autores, a existência de um caráter socialmente condicionado das atitudes e comportamentos individuais, sendo o indivíduo considerado um ator socialmente configurado, estabelecendo também uma crítica a ideologia do mérito, que neste trecho deixa claro a utilidade para a legitimação das desigualdades.

Na perspectiva de Bourdieu, cada indivíduo passa a ser considerado a partir da análise de sua bagagem socialmente herdada, que considera de certa forma os condicionantes externos ao indivíduo que poderão ser utilizados em seu favor na carreira escolar. Nesta bagagem estão o capital econômico, assim como o capital social, que atuam como instrumento de acumulação de capital cultural, que possui grande influência sobre a trajetória escolar.

Bourdieu ressalta que por mais que a educação carregue este caráter perpetuador da desigualdade, ela também pode constituir-se enquanto agente de instrumentalização das classes populares, através da difusão do capital cultural necessário a isso. Porém, reconhece haver um pensamento ingênuo em acreditar que da maneira que a escola se estrutura, possam surgir contradições capazes de gerar uma transformação mais profunda na forma em que a sociedade se estrutura.

Para a análise acerca das problemáticas presentes no discurso ideológico da teoria do capital humano, somam-se as contribuições de César Candioto (2002) e de Gaudêncio Frigotto (2001). Nesta direção, percebe-se a tendência da filosofia positivista da teoria econômica acerca da educação, que está imbuída em certo otimismo pedagógico, delegando à educação a responsabilidade de atuar na mobilidade social dos sujeitos. Há pois, um discurso carregado ideologicamente, elemento necessário para mascarar a verdadeira natureza da exploração do trabalho, assim como instrumento empregado para manutenção do senso comum.

Nos escritos de Candioto (2002), evidencia-se a problemática desta tendência, marcada pelas variações de renda individual e social a partir do desempenho escolar dos indivíduos. Dessa maneira, a educação que deveria ser determinante do desenvolvimento econômico, passa a ser determinada por ele.

A educação, a partir dos anos de 1960, apoiada na concepção do capital humano, passa a ser entendida como fator influenciador, com direta ligação no que diz respeito ao aumento da produtividade e do lucro: “Foram os estudos de Schultz que revelaram a linearidade entre educação e produtividade, entre educação e desenvolvimento, portanto entre educação e capital”. (CANDIOTTO, 2002, p. 200). Conforme diz Shultz (apud CANDIOTTO), o capital humano passa a ser também uma mercadoria, porém com um valor diferenciado, pois esta não poderá ser vendida, sendo que a posse da mesma garante um maior acesso a outras mercadorias que são comercializadas.

Por isso, a tendência que o indivíduo busque maneiras de agregar-se enquanto capital humano, procurando modos de investir na própria educação. Neste momento, a abordagem em torno da educação parte de uma perspectiva enquanto bem de consumo, para uma abordagem enquanto bem de produção. “É assim que a teoria do capital humano constitui-se num desdobramento dos postulados da visão econômica marginalista ou neoclássica aplicada à educação”. (CANDIOTTO, 2002, p. 201)

A teoria do capital humano tem como uma de suas preocupações principais o estudo das relações entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país. O capital humano (chamado fator H) é o “resíduo” não explicado pelo acréscimo do estoque de capital e de trabalho, mas pelo investimento atribuído aos indivíduos, como educação formal, o treinamento e a saúde. (FRIGOTTO, 1984, p. 39, apud CANDIOTTO, 2002, p. 202)

Em vista disto, os apontamentos de CandiOTTO (2002), acerca dos estudos de Shults, evidenciam que assim como o fator do desenvolvimento industrial afeta positivamente o crescimento econômico, do mesmo modo o investimento em capital humano favorecerá este crescimento, configurando desta maneira um “valor econômico da educação”. A teoria do capital humano se apresenta enquanto um desenrolamento da teoria neoclássica do desenvolvimento econômico. Neste processo, seria de grande importância o fator humano na contribuição do aumento da produtividade e conseqüentemente a superação do atraso econômico.

Nota-se neste discurso, um duplo caminho que a educação percorre: enquanto em um momento ela contribui para aperfeiçoar e reproduzir os recursos humanos necessários para refletir no aumento da produção e produtividade, também pode possibilitar ao indivíduo a chance de efetivar sua ascensão social, para todos indiscriminadamente, sejam quais forem as classes sociais pertencentes, mas este duplo caminho nunca percorre a direção inversa ao capital, sendo que os interesses de ambos devem andar na mesma direção, complementando-se.

Como já afirmado anteriormente, é evidente a tendência positivista acerca do discurso do capital humano, em que, sob uma visão microeconômica, passa a ser idealizada enquanto meio para a mobilidade social. O problema neste ideal que predomina fortemente no senso comum extensamente inculcado, está na determinante das variações de renda que toma como base o rendimento escolar do aluno, desta maneira, a educação deixa de ser determinante do desenvolvimento econômico e passa a ser determinado por ele. Os indivíduos, neste contexto, se defrontam em sua jornada escolar com diferentes aspectos determinados por fatores externos, traduzindo-se em diferentes respostas dos alunos frente à escola, sendo este contexto ignorado pelo ideal de igualdade de oportunidades frente ao processo de ascensão social. “O capital humano se forma investindo em escolaridade e treinamento; entretanto, o que determina o acesso à escola, aos diferentes rendimentos escolares e níveis de desempenho é um conjunto de fatores socioeconômico/culturais familiares”. (CANDIOTTO, 2002, p. 205).

Dessa forma, entendendo a potencialidade da penetração do mercado, transformando a educação em mais uma mercadoria, processo este empoderado pelo neoliberalismo, atenta-se para a potencialidade da transmutação da educação em favor de uma formação que cada vez mais adequa os indivíduos às necessidades do mercado, em desfavor de uma educação que realmente objetive a formação humana em si, conseqüentemente então, moldando a capacidade da formação dos sujeitos conscientes e críticos, em mera capacidade de formação de capital humano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Evidentemente, quando o sistema capitalista interfere na educação, esta deixa de ser abordada enquanto um direito social e passa a ser conduzida de forma a beneficiar o capital, deixando de lado os ideais de uma educação humanista, em favor de políticas que passam a trabalhar com objetivos que defendem os interesses políticos de determinada classe social, inserindo em seus textos exigências de uma formação específica, que atenda às necessidades do mercado, através da educação enquanto meio para formação de capital humano.

Desta forma, com a tendência cada vez mais presente da inserção do capital financeiro na área da educação pública, a escola passa a cumprir o papel de alicerçar a dominação ideológica dos indivíduos em favor dos interesses burgueses na manutenção da estrutura do capital. A tendência de inserção do capital financeiro na educação significa antes de tudo a desconstituição da educação enquanto um direito, sendo tratada como mais uma área de interesse dos

investimentos financeiros. Neste sentido, a meritocracia serve de base para as políticas neoliberais, que ao passo que se desenvolvem, propiciam a consolidação do projeto neoliberal burguês. Este discurso concebe uma igualdade de oportunidades entre os indivíduos, o que se discute então é se a escola foi capaz de corrigir os “desvios” imersos num contexto harmonioso, discussão que carrega nitidamente a intensão de retirar a discussão acerca do problema da desigualdade social, que é a base da construção da desigualdade de resultados.

A inserção de políticas meritocráticas, próprias da área do mercado no contexto educacional, abre possibilidades da inserção do capital financeiro, constituindo também a educação enquanto mais uma mercadoria onde as empresas a disputam objetivando o lucro. Mesmo com evidências empíricas que demonstram as falhas desse sistema, não foram o bastante para impedir que influenciassem na elaboração de novas políticas públicas que poderão ser colocadas em prática no contexto educacional brasileiro.

Como contraposição a ideologia meritocrática, somaram os estudos de Bourdieu, que com uma visão crítica acerca das desigualdades escolares, constrói seu pensamento e põe em questionamento a ideia de igualdade entre todos, isto é, das chances iguais para os integrantes das diferentes classes na estrutura da estratificação social levantando o questionamento sobre a influência que o peso da origem social influi sobre o processo de ascensão social dos indivíduos.

Deste modo, são confrontadas as concepções acerca da educação enquanto ambiente politicamente neutro, pois a escola é apontada como possuidora de um papel ativo na legitimação das desigualdades sociais, sendo que ao estabelecer seu currículo, métodos e forma de avaliação, estaria favorecendo a cultura burguesa. Bourdieu ressalta que por mais que a educação carregue este caráter perpetuador da desigualdade, ela também pode constituir-se enquanto agente de instrumentalização das classes populares, através da difusão do capital cultural necessário a isso. Porém, reconhece haver um pensamento ingênuo em acreditar que a escola, da maneira como está estruturada atualmente, possam surgir contradições capazes de gerar uma transformação mais profunda na estrutura da sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, Cesar, Aproximações entre capital humano e qualidade total na educação. Educar em revista [online]. 2002, n.19, pp.199-216. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.255..> Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n19/n19a14.pdf> . Acessado em: Março de 2018.

BATISTA, Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva. **A formação do indivíduo no capitalismo tardio**: um

estudo sobre a juventude contemporânea. Tese de Doutorado. Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.*[online]. 2012, vol.33, n.119. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>. Acessado em: maio de 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A improdutividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista/ Gaudêncio Frigotto – 6. Ed. – São Paulo : Cortez, 2001.

GOMES. Candido. E educação em perspectiva sociológica. São Paulo. EPU, 1985.

JUNIOR, Justino de Sousa. Marx e a Crítica da Educação.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. Uma sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educ. Soc.* , Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, abril de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v23n78/a03v2378.pdf>. Acessado em março de 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0630108.pdf>. Acessado em: abril de 2018.

SAVIANI, Demerval, 1994 – Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Demerval Saviani. – 32 ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 1999.